Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1004165-38.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Restaurante Brasa dos Pampas Ltda. Me, na pessoa de sua sócia Ana Vitória de Sousa Rodrigues. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004165-38.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Ferrari Nardi Arruda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Restaurante Brasa dos Pampas Ltda Me (CNPJ. 07.653.898/0001-46), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 703.677,45 (julho de 2022), representada ela Carteira/Contrato nº 530/3237564. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2023. 06 e 07 / 04 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002497-69.2020.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Itaú Unibanco S.A. Executado: Michel David Loureiro Barreto e outro. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1002497-69.2020.8.26.0001. A Dra. Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, Faz Saber a Sefanuts Alimentos Eireli (CNPJ. 19.617.527/0001-98) e Michel David Loureiro Barreto (CPF. 801.432.963-53), que Banco Itaú Unibanco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 349.093,76 (julho de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário Confissão de Dívida - Devedor Solidário Girocomp - DS - Pré - Parcelas Iguais/Flex sob n° 884142371704. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 21/03/2023. 06 e 07 / 04 / 23

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000057-47.2018.8.26.0009**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Juliana Arrabal. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000057-47.2018.8.26.0009. A MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JULIANA ARRABAL, RG 1448770724, CPF 298.818.808-40, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, visando ao recebimento da quantia de R$ 13.234,29, representada por uma cédula de crédito bancário nº 2360848, assinada em 01/04/2016, vinculada à agência 3245, conta corrente nº 147935, cujas parcelas venceram a partir de 01/07/2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2023. 06 e 07 / 04 / 23

Engibras Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 26.381.989/0001-14

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	20.113	12.527	20.484
Contas a receber e outros recebíveis	8	130.737	124.947	132.938
Estoques		5.840	10.597	6.070
Adiantamentos		4.764	5.403	4.848
Impostos e contribuições a recuperar		369	474	372
Despesas antecipadas	9	6.724	9.075	6.734
Total do ativo circulante		**168.547**	**163.022**	**171.446**
Não circulante				
Contas a receber e outros recebíveis	8	4.053	10.683	4.053
Total do realizável a longo prazo		**4.053**	**10.683**	**4.053**
Permanente				
Investimentos	10	345		
Imobilizado	11	14.003	4.678	14.266
Intangível	12	24.855	24.855	37.467
Total do ativo não circulante		**39.203**	**29.533**	**51.732**
Total do ativo		**211.803**	**203.238**	**227.231**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar	13	24.408	29.573	24.964
Empréstimos e financiamentos	14	1.905	1.905	1.905
Provisões e encargos trabalhistas		6.089	6.986	6.171
Obrigações fiscais		6.739	4.485	6.793
Adiantamento de clientes		12.475	5.837	12.475
Total do passivo circulante		**51.616**	**48.786**	**52.308**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	10.775	6.347	25.512
Provisão para Contingências	20	15	-	15
Total do passivo não circulante		**10.790**	**6.347**	**25.527**
Patrimônio líquido				
Capital Social	15.1	144.727	144.727	144.727
Reserva legal	15.2	234	169	234
Reserva de lucros		4.435	3.209	4.435
Total do patrimônio líquido		**149.396**	**148.105**	**149.396**
Total do passivo e patrimônio líquido		**211.803**	**203.238**	**227.231**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**134.727**	**-**	**765**	**-**	**135.492**
Integralização para aumento de capital 29.11.2021	10.000	-	-	-	10.000
Constituição de Reserva legal de 2020	-	38	(38)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	2.613	2.613
Transferência para reservas	-	131	2.482	(2.613)	-
Em 31 de dezembro de 2021	**144.727**	**169**	**3.209**	**-**	**148.105**
Resultado do exercício	-	-	-	1.290	1.290
Transferência para reservas	-	65	1.226	(1.290)	-
Em 31 de dezembro de 2022	**144.727**	**234**	**4.435**	**-**	**149.396**

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Engibras é uma sociedade anônima, constituída no dia 26 de julho de 2016, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 03, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obra de Barragens, Hidrelétricas, Usinas Nucleares, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) manutenção e montagem industrial de plantas diversas, exceto óleo & gás; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima. **2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2023. **3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. **6 Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, as taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixas e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Caixa	4	2	4
Bancos conta corrente	20.109	12.525	20.480
	20.113	12.527	20.484

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Clientes Público / Misto	40.808	36.247	40.808
Clientes Privados Saneamento	-	-	2.215
Clientes Ajuste IFRS 15	4.040	7.466	4.040
SP Infra S/A	88.710	88.700	88.710
BRZ Infra S/A	1.218	-	1.218
Outros	14	3.217	-
	134.790	135.630	136.991
Circulante	**130.737**	**124.947**	**132.938**
Não circulante	**4.053**	**10.683**	**4.053**

9 Despesas Antecipadas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Seguros a apropriar	6.724	9.075	6.734
	6.724	9.075	6.734

10 Investimento

	Controladora 2022	Controladora 2021
Saneamento de Orlândia SPE S/A	345	-
	345	-

11 Imobilizado

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	2022 Líquido	Taxas anuais de depreciação %
Eqto de Campo	7.680	4.483	3.197	20
Equipamentos Especiais	1.280	800	480	10
Computadores e Periféricos	596	414	182	20
Móveis e Utensílios	896	550	346	10
Equipamentos de Instalação	715	447	268	10
Máquinas	74	46	28	10
Adiantamento p/ imob. Futuras	9.765	-	9.765	
	21.006	6.740	14.266	

Consolidado	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.789	1.280	573	883	715	74	-	10.314
Adições	891	-	23	13	-	-	9.765	10.692
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.680	1.280	596	896	715	74	9.765	21.006
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.715)	(672)	(376)	(457)	(376)	(39)	-	(5.635)
Adições	(768)	(128)	(38)	(93)	(71)	(7)	-	(1.105)
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.483)	(800)	(414)	(550)	(447)	(46)	-	(6.740)
Imobilizado líquido								
Em 31 de dezembro de 2022	3.197	480	182	346	268	28	9.765	14.266

Controladora	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	6.770	1.280	376	871	715	74	-	10.086
Adições	227	-	-	-	-	-	-	227
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.997	1.280	376	871	715	74	-	10.313
Adições	442	-	197	12	-	-	9.765	10.416
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.439	1.280	573	883	715	74	9.765	20.729
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(3.006)	(544)	(319)	(370)	(304)	(32)	-	(4.575)
Adições	(709)	(128)	(57)	(87)	(72)	(7)	-	(1.060)
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.715)	(672)	(376)	(457)	(376)	(39)	-	(5.635)
Adições	(756)	(128)	(37)	(92)	(71)	(7)	-	(1.091)
Baixas								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.471)	(800)	(413)	(549)	(447)	(46)	-	(6.726)
Imobilizado líquido								
Em 31 de dezembro de 2021	3.282	608	-	414	339	35	-	4.678
Em 31 de dezembro de 2022	2.968	480	160	334	268	28	9.765	14.003

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 27.

12 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 22 de dezembro de 2016.

	Marcas e Patentes	Outorga	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	24.855	-	24.855
Adições			
Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.855	-	24.855
Adições	-	12.887	12.887
Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.855	12.887	37.742
Depreciação			
Saldo em 1º de janeiro de 2021			
Adições			
Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2021			
Adições	-	(275)	(275)
Baixas			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(275)	(275)
Intangível líquido			
Em 31 de dezembro de 2021	24.855	-	24.855
Em 31 de dezembro de 2022	24.855	12.612	37.467

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), quando aplicável, nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Fornecedores nacionais	14.148	16.461	14.704
Direitos subempreiteiros	6.481	6.382	6.481
Subempreiteiros c/ retenção INSS	797	726	797
Outras contas a pagar	2.982	6.004	2.982
	24.408	29.573	24.964

14 Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Tipo de Encargo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Capital de giro	Pós Fixado - CETIP 100%	5.777	8.252	5.777
Mutuo		6.903	-	21.640
		12.680	8.252	27.417
Circulante		**1.905**	**1.905**	**1.905**
Não Circulante		**10.775**	**6.347**	**25.512**

15 Patrimônio Líquido - 15.1 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S/A	100,00%	144.727	144.727
	100,00%	144.727	144.727

15.2 Reserva Legal: Conforme previsto no estatuto social da Sociedade a empresa mantém 5% do lucro líquido à título de Reserva Legal. A reserva legal acumulada no exercício de 2022 é de R$234 (2021 foi de R$ 169).

16 Receitas Operacionais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Receita de obras públicas	135.711	116.737	135.711
Receitas Saneamento	-	-	5.725
Receita de obras públicas - Consórcios	128.171	71.237	128.171
Direitos a faturar	(6.462)	10.383	(6.462)
Receita bruta de vendas	257.420	198.357	263.145
Receita bruta de vendas	257.420	198.357	263.145
menos:			
ISS sobre vendas	(6.617)	(5.574)	(6.617)
INSS s/ receita bruta	(54)	(179)	(54)
ICMS	(8)	-	(8)
PIS sobre vendas	(1.672)	(1.319)	(1.767)
COFINS sobre vendas	(7.720)	(6.091)	(8.157)
Receita líquida	241.349	185.194	246.542

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	16	241.349	185.194	246.542
Custo dos serviços prestados		(224.673)	(159.285)	(230.072)
Lucro bruto		16.676	25.909	16.470
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	17	(13.402)	(22.186)	(13.542)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		3.274	3.723	2.928
Resultado financeiro	18	(1.579)	(1.109)	(1.626)
Resultado financeiro líquido		(1.579)	(1.109)	(1.626)
Resultado de equivalência patrimonial		(405)	-	-
Resultado antes dos impostos		**1.290**	**2.613**	**1.302**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(12)
Resultado do exercício		**1.290**	**2.613**	**1.290**

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Lucro do Período	1.290	2.613	1.290
Outros Resultados Abrangentes			
Outros resultados abrangentes	**1.290**	**2.613**	**1.290**

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	1.290	2.613	1.290
Resultado da equivalencia patrimonial	405	-	405
Depreciação	1.107	1.060	1.107
	2.802	**3.673**	**2.802**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais			
Contas a receber e outros recebíveis	854	50	854
Estoques	4.757	(7.687)	4.757
Despesas antecipadas	2.364	420	2.364
Adiantamentos	5.034	(3.927)	5.034
Impostos e contribuições a recuperar	(4.304)	(441)	(4.304)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais			
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.185)	(7.788)	(2.185)
Provisões e encargos trabalhistas	(907)	3.083	(907)
Obrigações fiscais	(728)	791	(728)
Adiantamento de clientes	6.638	(1.409)	6.638
Provisão para contingencias	15	-	15
Caixa líquido das atividades operacionais	**14.340**	**(13.234)**	**14.340**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Capital Social Integralizado	-	10.000	-
Empréstimos e financiamentos	4.428	8.253	4.428
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos	(750)	-	(750)
Aquisição de imobilizado	(10.432)	(227)	(10.432)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.586**	**4.792**	**7.586**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**12.527**	**7.735**	**12.527**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**20.113**	**12.527**	**20.113**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**7.586**	**4.792**	**7.586**

17 Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Serviços de terceiros	(6.086)	(10.532)	(6.086)
Despesas com pessoal	(6.411)	(10.821)	(6.551)
Depreciação	(905)	(833)	(905)
	(13.402)	(22.186)	(13.542)

18 Resultado Financeiro

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Despesas financeiras			
Juros pagos e incorridos	(2.100)	(1.255)	(2.100)
Despesas bancárias	(59)	(63)	(134)
Despesas financeiras - Consórcios	(286)	(54)	(286)
	(2.445)	(1.372)	(2.520)
Receitas Financeiras			
Juros e descontos recebidos	866	263	894
	866	263	894
Resultado Financeiro	(1.579)	(1.109)	(1.626)

19 Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). **Gerenciamento dos riscos financeiros -** Visão geral: Em geral as Companhias estão expostas aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022
Contas a receber e outros créditos	134.790	135.630	136.991
Caixa e equivalentes de caixa	20.113	12.527	20.484
Saldo em 31 de dezembro	154.903	148.157	157.475

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do empreendimento negociado. A Companhia analisa novos e atuais clientes através de revisões periódicas que inclui informações de empresas de crédito (quando disponíveis), referências bancárias, documentações de cadastro e histórico do cliente. A gestão de risco entende que não há limite para aprovação de crédito em função da alta garantia do negócio que são os imóveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e empresas consolidadas detinham caixa e equivalentes de caixa de R$ 20.113 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 12.527), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **Garantias:** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Companhia e de pessoas ligadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Companhia adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos. **Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido.

20 Provisões Contingenciais: A empresa considera existir riscos efetivos de natureza trabalhista classificados como prováveis o montante de R$ 14.800,00. Já os classificados como possíveis somam o valor de R$ 387.914,34 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 270.457,69 em 2021).

21 Seguros: As políticas de seguro adotadas pela Companhia garantem cobertura levando em conta o risco e a natureza dos respectivos ativos

22 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

23 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira
Diretor Corporativo - Felippe Soares Verdi
Diretor Regional - Flavio Henrique Cunha Lobato
Diretor Regional - Jarbas Matias dos Reis

Contador: Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Engibras Engenharia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Engibras Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Engibras Engenharia S.A, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião :** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada ''Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis''. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** O investimento Saneamento de Orlândia SPE S.A. foi constituído em 15 de fevereiro de 2022. Por essa razão as demonstrações contábeis consolidadas não apresentarão base de comparação com períodos anteriores. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 15 de fevereiro de 2023.

Approach Auditores Independentes S/S - CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires - Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos **14 de abril de 2023, às 14h30min**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) conceder ou não, *waiver* para o descumprimento do Índice Financeiro da Emitente, em relação a "Dívida Liquida"/"Tonelada de Cana Moída", referente a apuração que será realizada com base nas medições elaboradas exclusivamente pela Emitente e informadas à Emissora, referente ao exercício a ser encerrado em março de 2023, conforme solicitado pela própria Emitente através do envio de solicitação de waiver, recebida por esta Emissora em 02 de março de 2023, onde restou elucidado que na safra de 2021 e 2022, o setor sucroalcooleiro sofreu dificuldades diante de eventos de seca histórica, geadas e incêndios, que prejudicaram o desempenho das usinas (os detalhes do comunicado enviado poderão ser consultados na instrução de voto ou na AEI); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar que o índice financeiro a ser observado para a Dívida Líquida/ Tonelada de Cana Moída, deverá equivaler aos importes entre <= R$ 120,00 e R$122,00, mantendo-se os demais *covenants* inalterados, nos termos da cláusula 7.2, item (xxxii); e (iii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto à distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 05 de abril de 2023. **Companhia Província de Securitização -** Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35300384466

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM Nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 18h, a fim de examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria; (ii) deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iv) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023; e (v) deliberar sobre a indicação do novo Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2020; (ii) deliberar sobre a inclusão do parágrafo terceiro do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para prever regra referente ao dever de sigilo dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) deliberar sobre a alteração do *caput* do artigo 14 e do *caput* do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, para aprimoramento das regras relativas às reuniões do Conselho de Administração da Companhia; (iv) deliberar sobre a alteração do artigo 18, bem como sobre a exclusão do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, para excluir a previsão do cargo de Diretor Operacional da Companhia; (v) deliberar sobre a alteração do artigo 13, parágrafo quarto, do artigo 14, parágrafo único, do artigo 24 (antigo artigo 25) e do artigo 30 (antigo artigo 31) do Estatuto Social da Companhia, para aprimoramento da redação; (vi) delberar sobre a criação e implementação do comite de auditoria estatutária, conforme Resolução 23/2021 da Comissão de Valores Mobiliários; e (vii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, com a consequente renumeração dos seus artigos. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer (a) via Boletim de Voto a Distância, e/ou (b) via platafoma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGOE que as instruções detalhadas para envio do Boletim de Voto a Distância e para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGOE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Os acionistas interessados em participar da AGOE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGOE, **ou seja, até 26 de abril de 2023**, manifestando seu interesse em participar da AGOE, solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando, ainda, as demais instruções contidas no item 5 da Proposta ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGOE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGOE, conforme abaixo: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; e (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Pessoa Jurídica:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; e (e) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Fundos de Investimento:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários; (c) último estatuto social ou contrato social consolidado do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGOE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGOE; e (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Nos casos de participação na AGOE por meio de procuração, deverão ser apresentadas na Solicitação de Acesso: (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (com certificado digital, conforme acima indicado), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Excepcionalmente, os documentos em inglês e espanhol não precisam ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, bastando a sua tradução para o português. A despeito da possibilidade de participação via Plataforma Digital, a Ambipar recomenda aos acionistas a adoção dos Boletins de Voto a Distância. Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância deverão enviar as instruções de voto por meio: (i) dos seus respectivos agentes de custódia, utilizando os canais por eles disponibilizados; (ii) do agente escriturador, Banco Bradesco S.A., utilizando os canais por ele disponibilizados; ou (iii) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhadas dos documentos indicados acima e conforme os detalhes contidos na Proposta. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGOE, nos termos da RCVM nº 81.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Tercio Borlenghi Junior
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 812210047142

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA SAO FELIX DO PIAUI, Nº 360, APARTAMENTO Nº 43, 4º ANDAR DO BLOCO A, CONDOMÍNIO PRIMAVERA, DISTRITO DE ITAQUERA, SÃO PAULO/SP.

Primeiro público leilão: 04/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Segundo público leilão: 24/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuário(s):
WAGNER VITORELI, BRASILEIRO, POLICIAL MILITAR, RG. Nº 246.840-PMESP, CPF: 073.596.348-73, CASADO SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6515/77, COM SILVINA OLIVEIRA VITORELI, BRASILEIRA, DO LAR, RG. Nº 14.792.059-SSP/SP, CPF: 094.542.358-69.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 05 de abril de 2023
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial
SED 852
05/04, 06/04 e 07/04/2023